

# SABERES EM CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823)

Marcelo Cheche Galves/Romário Sampaio Basílio  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Resumo: Estudo da circulação de impressos entre São Luís do Maranhão e Lisboa, no período de 1778-1823, com base na documentação da Real Mesa Censória, preservada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Apontamos para as variadas razões que promoveram o deslocamento de homens e livros para São Luís, em um momento que compreende importantes transformações vividas na capitania. Partimos do pressuposto da distinção entre letramento e erudição, condição para que tal movimentação seja apreendida em sua diversidade de motivações, nem sempre relacionadas à difusão do saber científico. Em seguida, enfatizamos as remessas de impressos dos estudantes maranhenses que estudaram na Universidade de Coimbra, salientando alguns títulos que trouxeram (ou tentaram trazer) em suas bagagens, e sua atuação como remetentes de livros para a capitania.

Palavras-chave: Livros, Saberes, Maranhão.

Abstract: Study of the circulation of printed between São Luís and Lisbon, in the period 1778-1823, based on the documentation of the Royal Censorship Bureau, preserved by the National Archives of Torre do Tombo. Aim for a variety of reasons that promoted the displacement of men and books for São Luís, at one time comprising experienced important changes in the captaincy. We assume the distinction between literacy and scholarship, condition for such movement is perceived in its diversity of motivations, not always related to the dissemination of scientific knowledge. Then emphasize remittances printed in Maranhão students who studied at the University of Coimbra, stressing some titles that brought (or tried to bring) in their luggage, and its role as senders of books for the captaincy.

Keywords: Books, Knowledge, Maranhão.

[Universidade de Coimbra], onde todos os talentos iam buscar a sua consagração, e sem cujos pergaminhos a nenhum era dado aspirar às honras e grandezas, a que então podia chegar um natural do Brasil.

João Francisco Lisboa, 1862

As palavras que dão início a esse texto foram escritas por um dos principais letrados da província do Maranhão no Oitocentos. Redator de vários jornais e autor de importantes narrativas sobre a história da província<sup>1</sup>, João Lisboa (1812-1863) transparecia, já no final da vida, uma mágoa que o acompanhara em sua trajetória intelectual: a falta de reconhecimento de seu talento, motivada, segundo o autor, pelo fato de não ter frequentado as cadeiras da Universidade de Coimbra.

A geração de Lisboa foi a responsável pelo início do que podemos chamar de “imprensa política” na América portuguesa. Herdeira da liberdade de imprensa, vitoriosa com a Revolução do Porto, essa atividade ganhou espaço na transição do mundo luso-brasileiro, ao mesmo tempo em que elegeu seus próprios representantes – homens de letras, responsáveis pela construção do que Isabel Lustosa (2000, p. 16) definiu como o “formato público da nação”.

Nesse cenário, a condição de letrado era quase sempre chancelada pela passagem por Coimbra (ou por outra universidade europeia). Assim, não eram de menor importância as longas refregas envolvendo redatores que trocavam acusações sobre a falta de domínio da língua portuguesa ou a de conhecimento geral sobre temas candentes, ambas resultantes de uma formação distante dos cânones do saber científico e de seu lugar-tenência: a Universidade.

Não por acaso, os redatores Garcia de Abranches e Odorico Mendes travaram uma intensa batalha na imprensa maranhense nos primeiros meses de 1825. Muitas vezes reduzidas a um conflito entre “portugueses” e “brasileiros”<sup>2</sup>, as farpas trocadas pelos dois redatores traziam consigo a cara questão da legitimidade intelectual. Chegado ao Maranhão em 1789, Abranches não estudou em Coimbra – embora seus biógrafos insistam nessa ideia –, mas nem por isso deixou de acusar sistematicamente Odorico Mendes de ser um estudante relapso, razão pela qual não se formou, apesar de ter passado nove anos em Portugal<sup>3</sup>.

Além da questão da legitimidade intelectual, as palavras de Abranches atingiam Odorico por outro viés: este recebera auxílio financeiro da câmara de São Luís para subsidiar seus estudos, o que deu ensejo para que Abranches lhe sugerisse, antes de alçar qualquer vôo político<sup>4</sup>, a devolução dos recursos recebidos, já que não os aproveitara a contento.

Certa decepção relacionada aos doutos de Coimbra também transparece no relatório do juiz de fora e ouvidor Bernardo José da Gama (1872, p. 22), ao deixar o Maranhão em 1813. Gama observara as “enormes [mesadas], que os mesmos Pais efetivamente fazem em Lisboa, ou em Inglaterra, para onde costumam mandar seus filhos, e onde muitas vezes ficam, e não tornam mais à Pátria”.

De fato, alguns estudantes maranhenses não regressaram, como nos casos dos bacharéis Antonio Gomes da Silva Belfort, nomeado juiz do crime do bairro Andaluz, em Lisboa (BN, Ms, Coleção de Documentos Biográficos – C 461, 4), e Joaquim Gomes da Silva Belfort, inspetor de transporte da província do Além Tejo e Reino do Algarve<sup>5</sup> – adiante, voltaremos a esse personagem.

Contudo, é importante ressaltar que a época do relatório de Gama vivenciava os primeiros efeitos de uma política iniciada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e do Ultramar na virada para o Oitocentos. Tratava-se de uma política de incentivos que objetivava formar quadros técnico-científicos entre os habitantes da colônia. Pelos Avisos de 21 e 27 de outubro de 1799, ordenava-se à câmara de São Luís que enviasse ao Reino

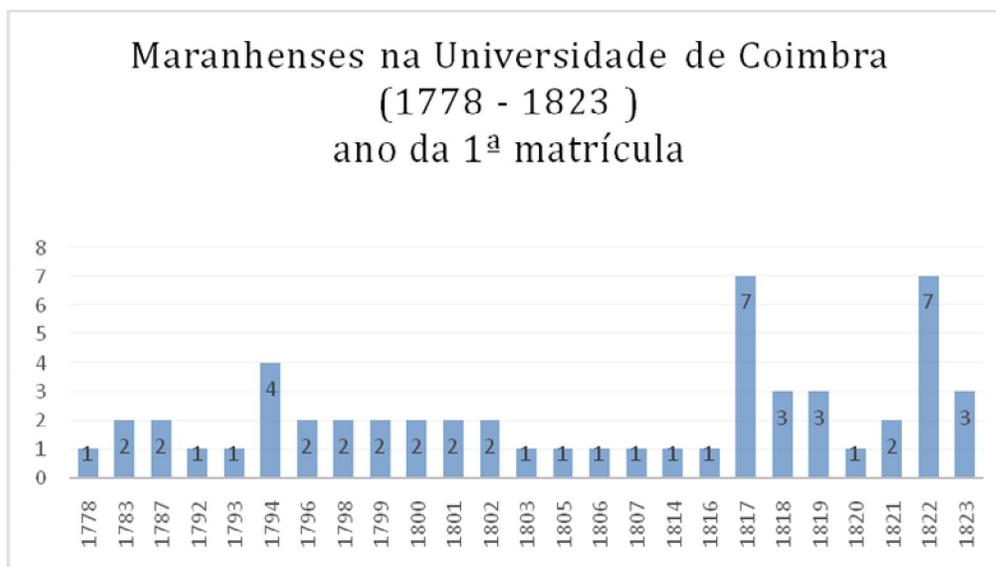
peessoas hábeis para, depois de aprenderem, voltar para esta Capitania a fim de exercer os empregos de tipógrafos, hidráulicos, médicos, contadores e cirurgiões, aos quais a Câmara devia estabelecer pensões alimentares enquanto estudassem na Universidade de Coimbra ou na Academia de Marinha de Lisboa (*Avisos... apud* MEIRELES, 1979, p. 63-64).

Pouco depois, a Carta Régia de 1º de maio de 1800 definia as quatro primeiras vagas a ser oferecidas: duas para Matemática; uma para Medicina; e outra para Cirurgia. Em 11 de maio do ano seguinte, o governador D. Diogo de Sousa (que cursara Filosofia e Matemática em Coimbra) encaminhava ao ministro Sousa Coutinho a relação com os quatro estudantes escolhidos: Francisco Diogo Velez e Raimundo Pedro da Silva e Cunha, para o curso de Matemática; José Alves de Carvalho para Medicina e Antonio Xavier de Lima, para Cirurgia. No ofício, o governador informava que cada estudante receberia 250 mil réis por ano, para despesas com comedorias, vestuário, matrículas e compra de livros (*Ofício...*, AHU, D. 8.974)<sup>6</sup>.

Tais incentivos estenderam-se pelos anos seguintes, embora os registros na documentação sejam escassos. Em 1806, por exemplo, o mesmo Francisco Diogo Velez recebeu, do Visconde de Anadia<sup>7</sup>, uma bolsa para continuar seus estudos na Real Academia da Marinha (*Anadia...*, BPBL, 86 (88) M1 G1 E5). Em 1818, o já citado Odorico Mendes recebeu da câmara de São Luís uma pensão de 250 mil réis para despesas com os estudos de Filosofia e Matemática em Coimbra, onde cursava o 3º ano (*Cunha...*, BPBL, 196 (199) M1 G2 E8)<sup>8</sup>.

A destinação desses recursos, dos dois lados do Atlântico, foi em parte responsável pelo aumento do número de estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra. O período de 1798 a 1807<sup>9</sup> marca, pela primeira vez, a presença ininterrupta de alunos matriculados no 1º ano dos cursos da referida instituição, movimento que antecede o *boom* da produção algodoeira, provocado principalmente pelos efeitos da Abertura dos Portos, em 1808<sup>10</sup>. A partir de então, os lavradores enriquecidos pelo comércio com os ingleses enviariam com mais frequência seus filhos para a Europa, como observado por Bernardo José da Gama, em 1813.

Entre 1778 e 1823, localizamos informações sobre 55 maranhenses<sup>11</sup> matriculados na Universidade de Coimbra. Apresentamos a periodicidade a seguir.



Fontes: *Estudantes da Universidade de Coimbra 1772-1872*. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras; *Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano letivo de 1819 para 1820; suas naturalidades, filiações e moradas*. BN, Seção de Obras Raras; Francisco Morais (1949).

Alguns desses estudantes obtiveram certa notoriedade na vida política da capitania após o retorno, caso de Sebastião Gomes da Silva Belford, proprietário, ocupante de diversos cargos públicos e postos militares. Em 1810, ele publicou o *Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro*, resultado de uma expedição que começou em 29 de setembro de 1809 e terminou em 26 de abril de 1810. Outros, mais adiante, compuseram a primeira Câmara de São Luís no período pós-Independência<sup>12</sup>, caso dos vereadores Joaquim Vieira da Silva e Sousa e Francisco Correia Belfort Leal. Houve ainda os que formaram a primeira Junta de Governo, como Lourenço Belfort, Antonio Belfort Pereira de Burgos e José Félix Pereira de Burgos.

Feitas essas considerações, ressaltamos que nosso objetivo aqui não é refletir sobre a inserção dessa “geração coimbrã”<sup>13</sup> na vida política do Maranhão ou do novo Estado, delineado a partir de 1822. Tampouco nos importa tomar o crescente fluxo de estudantes para Coimbra a partir de 1817 como “prova” da riqueza gerada pela produção algodoeira.

Tomando outra direção, interessa-nos a circulação de impressos provocada por tal movimentação. Os registros da Real Mesa Censória sobre a circulação de impressos entre o Reino e a América portuguesa – que já serviram como base para trabalhos de monta, como os

escritos ou organizados por Luiz Carlos Villalta (1999; 2005), Márcia Abreu (2003; 2008) e Márcia Abreu e Nelson Schapochnik (2005) – serão aqui explorados com o intuito de compreender as formas como essas duas movimentações (de estudantes e de livros) se entrecruzaram, e fizeram circular as novidades impressas na Europa.

Porém, antes de prosseguirmos, é preciso alertar que o período aqui compreendido (especialmente pós-1808) foi saudado por certa historiografia local como “áureo”, graças à riqueza gerada pela exportação do algodão e também ao conseqüente envio dos futuros “vultos” da capitania para que pudessem esmerar suas formações na Europa. Contudo, essa perspectiva merece alguns reparos.

### **A cidade de São Luís: razões para se ler**

[...] com o desafogo econômico e o conseqüente costume que, a partir do fim do século XVIII, se estabeleceu de mandar os filhos-família, e até as moças, se educarem na Europa, e *o que tomaria notável incremento no primeiro quartel da centúria seguinte*, o Maranhão pôde, no Império, desfrutar de uma situação privilegiada e *invejável no campo cultural, especialmente no domínio das belas letras, conquistando então o epíteto honroso de Atenas do Brasil* (MEIRELES, 2001, p. 200, *grifos nossos*).

Escrito em 1960, o livro *História do Maranhão*, de Mário Meireles, é obra de referência na historiografia maranhense. Em capítulo denominado *O Maranhão colonial: seu crescimento demográfico. Panorama político-econômico e cultural*, o autor associara os crescimentos demográfico, econômico e “cultural”, na construção dos antecedentes da “glória literária” conquistada no Império.

Para mensurar o vigor desse raciocínio, é importante registrar que Mário Meireles, talvez o principal historiador maranhense do século XX, confessara, no parágrafo seguinte à citação aqui utilizada, que tal juízo fora inspirado em um discurso de Jerônimo de Viveiros, proferido em 1955. Podemos afirmar que, devido à projeção que obtiveram, Viveiros e Meireles balizaram a escrita da História do Maranhão no século passado<sup>14</sup>.

Atendo-nos aos “crescimentos” aqui anunciados, referimos o registro de que o inglês Henry Koster, de passagem por São Luís, em 1811, estimou a população local em “12.000 ou mais” (2002, p. 297). Dois anos mais tarde, o já citado relatório de Bernardo Gama registrou 18.000 pessoas (1872, p. 10). Em 1819, os viajantes Spix e Martius indicaram 30.000 habitantes (s/d, p. 298). Em que pesem possíveis imprecisões, tais números compõem o

crescimento geral da capitania, também expresso pelos volumes das importações/exportações, pelo fluxo portuário, pelo comércio de escravos e pela produção de algodão após a Abertura dos Portos.

Evidentemente, a emergência de uma cultura escrita também compõe e acompanha tal movimento. Entendamos, aqui, por cultura escrita, uma prática que não se confunde com a ideia de erudição e de sacralização do impresso, objeto compreendido, assim, como “restrito aos iniciados”<sup>15</sup>, reproduzindo uma perspectiva tão ao gosto de uma escrita da história fundamentada em uma espécie de “plêiade de notáveis provinciais”, cognominados, no Maranhão, como “atenienses”<sup>16</sup>.

Na perspectiva aqui assumida, os registros da circulação de impressos entre Lisboa e São Luís transparecem a variedade de interesses que motivaram deslocamentos para a cidade de São Luís naquele momento: transferências de funcionários régios; fugas motivadas pela presença francesa; ação de clérigos na difusão de Bíblias, Horas Marianas ou Folhinhas de Reza; práticas comerciais que compreendiam um catálogo variado<sup>17</sup>; e a presença de estudantes em Coimbra. Assim, habitava a “ilha de letrados” não apenas uma elite erudita, mas uma parcela mais ampla da população, que por razões diversas, lia.

A mesma diversidade pode ser apreendida pelos títulos que circulavam. Partindo da biblioteca jurídica do advogado Manoel Paixão dos Santos – que chegou ao Maranhão em 1810<sup>18</sup> –, passando por jornais – como o *Mercúrio*, o *Enciclopédico*, a *Gazeta Portuguesa*, o *Almocreve de Petas* e os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*<sup>19</sup> – ou por títulos de História Natural, Química e Agricultura – como *Chymie*, de Antoine Forercroy; *Chimica*, de Antoine Baumé; *Éléments d'agriculture*, de Henri-Louis Duhamel; e o *Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle*, de Valmont de Bomare –, milhares de impressos cruzaram o Atlântico em direção ao Maranhão entre os anos de 1778-1823<sup>20</sup>.

Podemos identificar, tanto em Lisboa quanto no Maranhão, os principais agentes envolvidos nas diferentes formas de transferências desses impressos e suas respectivas motivações, seja no comércio, seja nos tratos pessoais. Com a atuação do “mercador de livros” não especializado<sup>21</sup>, ou mesmo do “volante”<sup>22</sup> – que de tudo comercializava –, os impressos eram enviados por meio de redes de contato estabelecidas até a chegada à Alfândega do Maranhão, “para serem retirados sem embaraço”.

Manoel Antônio Teixeira da Silva foi o principal deles. Nascido em Portugal e registrado na Praça de Lisboa como *Comissário Volante*, ele requisitou uma viagem ao Maranhão em 1810 (*Requerimento...*, AHU, D. 11.309), momento delicado da política

portuguesa, após a transferência da Corte joanina. Já em terras maranhenses, ele se tornou o principal comerciante a solicitar o envio de livros de Lisboa para São Luís e estabeleceu, dentre outras, uma importante parceria com um livreiro lisboeta: Antônio Manoel Policarpo da Silva<sup>23</sup>. Este último fora administrador da loja da *Gazeta de Lisboa* até julho de 1809<sup>24</sup>, além de importante impressor naquela cidade. Com Manoel Antônio Teixeira da Silva, assinou dezenas de requisições para o envio de impressos ao Maranhão<sup>25</sup>.

Devemos somar a esses números a circulação de impressos produzidos no Maranhão a partir de 1821, ano de instalação da primeira tipografia. Apenas como exemplo, o jornal *Conciliador*, primeiro a ser impresso na província, registrou entre 1821 e 1823, 443 assinaturas, das quais 174 pertenciam a moradores de São Luís (GALVES, 2010, p. 78).

### **Bagagens e encomendas: impressos e ideias**

Se desde a época de D. João V (1707-1750), segundo José de Arriaga (1979, p. 19), existia em Portugal “algum desejo de estudar”, baseado numa renovação das ciências e na entrada de novas ideias advindas do estrangeiro, particularmente da França, parece que esse desejo se estendeu pelo restante do Reino para além da segunda metade do século. A Reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, tida como marco da implantação de novas e modernas ideias e estudos em terras lusas, parece ser também um marco importante para pensar a chegada desse desejo pelas ciências em terras da colônia americana, algo que antecede o já referido projeto de reforma liderado pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Diferentemente da América espanhola, que desde as primeiras décadas do projeto colonial permitira a instalação de universidades e centros de ensino nos vice-reinos, a América portuguesa foi marcada pelo envio dos filhos das elites à Europa, construindo, pelo bem do *status* local e pela reafirmação do lugar social desses grupos, um caminho comum de ingresso em Coimbra. Depois dos longos anos de estudos na metrópole, o retorno desses estudantes, além de representar o incremento dos corpos burocráticos do Reino, sinalizava a chegada de suas bibliotecas, palavras e ideias, “ilustradas” ou “tradicionalistas”.

Dentre os pouco mais de cinquenta maranhenses que estudaram em Coimbra, entre 1778 e 1823, foi possível identificar diversas petições para o envio de impressos. O sentido mais presente desse trajeto foi o de Lisboa a São Luís, comumente chamada de *Cidade do Maranhão*, o que evidencia que o término dos estudos na Europa e o retorno à capitania se

faziam com a preocupação de retirada para a terra natal das obras que acompanharam suas formações.

O caminho para que todas as licenças fossem expedidas, deferindo o envio dos livros, não poderia escapar à burocracia exigida pelos anseios de “controlar as ideias” e seus portadores, tais como os muito perseguidos rousserianos, dentre outros objetos de vigilância. Os editais da Real Mesa Censória (ANTT – RMC, Cx. 1), assim como suas orientações para a prisão de livros nocivos à Religião e ao Estado, exigiam, dentre outros detalhes, o título da obra, o autor ou a atribuição, o local de impressão, o ano e a oficina tipográfica em que foi impresso, além do nome de seu responsável. Os editais lançados desde 1768 ora flexibilizavam, ora intensificavam essas regras. Contudo, geralmente os documentos apresentam apenas os títulos dos impressos<sup>26</sup>.

Os documentos relativos ao Maranhão<sup>27</sup>, cerca de 336 requisições, apresentavam as mesmas linhas das demais capitanias, ocupando o quarto lugar em número de envios<sup>28</sup>. Todas as petições continham o nome da pessoa que requeria o traslado das obras, permitindo-nos identificar o trânsito dos estudantes maranhenses em Coimbra. Em grande parte dessas requisições, os requerentes eram comerciantes mercadores de livros de Lisboa, que por vezes apareciam na condição de procuradores dos remetentes ou destinatários da carga. Os sujeitos para quem eram enviadas as obras no Maranhão não são identificados na maioria das vezes, sendo pequeno o número citado. A ausência dessas informações prejudica a identificação do tipo de envio, sendo que muitos deles são tipicamente destinados para a venda em lojas e boticas na *Cidade do Maranhão*.

Em outros casos, que nos interessam mais de perto, apareciam os nomes de remetentes não envolvidos com o comércio livreiro, muitos deles estudantes ou egressos da Universidade de Coimbra.

Dos vários nomes familiares que compõem a listagem de estudantes maranhenses em Coimbra, nenhum se repete tanto quanto o sobrenome Belfort – casa tradicional da elite maranhense desde a segunda metade do Setecentos; teve, com Lourenço Belfort, o início das gerações que se seguiram<sup>29</sup>. De 1739, primeiro registro de sua presença no Maranhão, até 1775, momento de sua morte, Lourenço Belfort acumulou grande fortuna e importância política. Do seu segundo casamento, teve oito filhos, sendo que o primeiro dos quatro homens, também denominado Lourenço Belfort, estudou em Coimbra. No período aqui compreendido, que inclui o tempo em que a nobreza da terra se beneficiara pela grande demanda por algodão no mercado têxtil, nove integrantes da família Belfort passaram por

Coimbra. Desses, dois merecem destaque devido à presença considerável na documentação que registra a circulação de impressos entre Portugal e Maranhão: Joaquim Gomes da Silva Belfort e Sebastião Gomes da Silva Belfort<sup>30</sup>.

Joaquim Gomes da Silva Belfort se matriculou em Coimbra em outubro de 1794, cursando Matemática, Filosofia e Direito. Concluiu seus estudos em junho de 1799, tornando-se bacharel pela Faculdade de Leis. Ao que parece, não retornou ao Maranhão, como já dito, permanecendo em Portugal, onde ocupou cargos na burocracia.

De Portugal, Joaquim Belfort enviou para o Maranhão, entre 1802 e 1820<sup>31</sup>, diversos carregamentos de livros com listagens e títulos diversos. Sem especificar o destinatário, mas informando que os livros serviriam “para o estudo de um seu amigo” mandou, em 1802, três carregamentos de livros com listagens diversas. O primeiro, no mês de julho, continha apenas 8 títulos, totalizando 20 tomos. Destacamos, nessa requisição, certa literatura teológica, que em meados do Setecentos aproximou de maneiras distintas princípios religiosos e preceitos racionais. Ao lado da anotação *Compendio de Filosofias Racional e Moral*, sem a identificação da autoria, podemos ler a citação a outros dois compêndios, sob os títulos *Storchnaue Lugdunence*. Trata-se, provavelmente, do jesuíta Sigismund von Storchenau (1731-1798), professor de Lógica e de Metafísica na Universidade de Viena; e de Paul de Lyon, autor, em 1733, do livro *Sacrae Theologiae Exlectoris ac Provinciae Lugdunensis Definitoris Moralis theologiae specimen: ad usum theologiae candidatorum, scholastica methodo compêndios e delineatum*. Já o outro envio, requerido em agosto do mesmo ano, possui muita semelhança com o primeiro no que diz respeito aos títulos, possuindo 21 volumes.

As semelhanças entre as requisições, tanto em títulos como em volumes, permite-nos duvidar se não se trataria de uma mesma carga. No mês de julho, ao submeter a primeira requisição, o próprio Joaquim Belfort a assinou. Na segunda, em agosto, ele usou a figura do procurador José Joaquim Pereira da Fonseca. Este último parece ser um mestre livreiro, registrado nas fontes como tendo morada na Rua direita do Loreto, em Lisboa (CURTO, 2007, p.137). Era comum, em muitas das requisições, o solicitante não as assinar, lançando mão de um procurador que assim fizesse. Isso porque muitos desses procuradores, comerciantes já conhecidos nos tribunais, tinham maior circulação pelos meios burocráticos e poderiam obter a liberação mais rapidamente que um simples requerente desconhecido. Por não ter conseguido liberação em junho, Belfort pode ter novamente submetido à apreciação do Tribunal a listagem, utilizando em agosto a assinatura de um terceiro. Na requisição

seguinte, ele novamente utilizou a figura de um procurador, tendo, talvez, entendido os trâmites burocráticos e seus atalhos.

Por fim, em outubro de 1802, Joaquim Belfort enviou outro carregamento para o Maranhão. Dessa vez, 10 títulos e cerca de 26 volumes. Mais diversificada, a remessa continha desde dicionários até obras de sintaxe, além de romances, como *As mil e uma noites*, e obras clássicas, como *Ovídio com as Notas de Helvécio* e *Horácio ad Usum Delphini*, dentre outras.

Passados muitos anos desses envios, Joaquim Belfort requereu ao Tribunal, em agosto de 1816, licença para mandar ao Maranhão uma grande quantidade de livros, e se justificou afirmando “que foi para o particular uso” de outro membro da família, seu irmão, Manoel Gomes da Silva Belfort. A listagem era extensa e o próprio documento informava a soma de 170 volumes. Foram citados 25 títulos no documento, mais folhas impressas avulsas, ditas “folhas sobre o preço do Algodão, Arroz, e outros gêneros”, produtos diretamente relacionados às atividades econômicas da família. Destacamos a grande quantidade de obras filosóficas, como 80 volumes de *Histoire naturelle generale et particuliere*, de Buffon<sup>32</sup>; além do clássico *Noites de Young*, e de um curso completo de literatura, em francês. Constavam também impressos religiosos, como as *Horas Marianas* e *Horas da Semana Santa*, que, assim como em outros envios, misturavam-se a obras de Filosofia e Matemática. Menos de um ano depois, em março de 1817, um outro envio com as mesmas coordenadas: Joaquim Belfort, em Lisboa, enviou para Manoel Belfort, no Maranhão, 16 títulos, sem indicação de volumes, num misto de obras cristãs, legislações e novelas.

Parte dessa movimentação parece ter sido motivada pelo interesse de Manoel Belfort em estudar Matemática em Coimbra – constavam nessas remessas obras de referência na área, tais como: *Geometria*, de Besout; *Arithimetica*, de Besout; e *Geometria*, de Euclides. Os registros do Arquivo Histórico Ultramarino apontam que Manuel Belfort tentara se licenciar do posto de soldado do Regimento de Infantaria, no início de 1805, para estudar Matemática em Coimbra, sendo-lhe negado o pedido em maio do mesmo ano. Já no posto de cadete e, depois, como integrante da Brigada da Real Marinha, Belfort tentou novamente ingressar na Universidade de Coimbra, intento que parece ter fracassado: seu nome não consta nas relações de estudantes brasileiros aqui utilizadas<sup>33</sup>.

Pouco tempo depois de ter-se ido a Portugal, em 1794, Joaquim Belfort recebeu a companhia de outro irmão, Sebastião Gomes da Silva Belfort, em 1798. Em outubro do mesmo ano, Sebastião Belfort se matriculou em Direito, não havendo registro de que

concluía o curso. Diferentemente do irmão, Sebastião Belfort retornou ao Maranhão e construiu sua carreira política e militar (atingiu o posto de Brigadeiro) nos quadros já tradicionais de sua família. Como já observado, Belfort é o autor do *Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro*.

Anos após seu retorno ao Maranhão, Sebastião Belfort começou a receber, enviados pelo irmão Joaquim Belfort, carregamentos de livros (entre 1819 e 1821)<sup>34</sup>. No primeiro, em agosto de 1819, recebeu “Doze exemplares do livro que se intitula: *Livro de Ouro ou Introdução a Vida Devota* por S. Francisco de Salles”, que ficaram à sua disposição logo após a chegada ao porto da cidade. Em dezembro, outro pedido para envio. Dessa vez, com 16 títulos, sem indicação de volumes, contendo, por exemplo, a *Bíblia*, de Pereira, e a edição portuguesa de *A religião provada pela Revolução*, do padre francês Clausel de Montals. No primeiro caso, trata-se da Bíblia, em 23 volumes, traduzida para a língua portuguesa por Antonio Pereira de Figueiredo, entre 1778 e 1790 – provavelmente a edição enviada era a de uma versão reduzida, de sete volumes, impressa em 1819. Já o livro de Clausel de Montals ganhou sua edição portuguesa também em 1819. Notemos, aqui, a celeridade do circuito: *impressão em Lisboa – venda – compra – envio para São Luís*, tudo em 1819.

Já em 20 de agosto de 1820, poucos dias antes do pronunciamento que desencadeou o movimento liberal do Porto, houvera o registro de outra remessa entre os irmãos, muito semelhante à anterior, com exceção de dois *Jogos*, de Crouset, e dois dicionários de francês. O restante dos títulos é de sentido religioso, como o *Devoto em Oração*. Terminando a série, em junho de 1821, “para o uso do brigadeiro” Sebastião Belfort, um certo Fernando José de Aquino enviou um conjunto de obras religiosas, tal como na remessa anterior, totalizando 23 títulos e 82 volumes.

Para além dos Belfort, merece destaque, devido à quantidade de livros enviados, o estudante maranhense Joaquim Xavier d’Araújo. Matriculado em Coimbra em 1794, Joaquim Xavier se inscreveu em Direito em outubro do mesmo ano. Presbítero secular, saiu da universidade “bacharel formado em leis”, em 17 de junho de 1799. Depois de ter obtido o grau de bacharel, não tardou em retornar à sua terra natal, mesmo que de passagem.

Em 19 de outubro de 1799 (ANTT - RMC, Cx. 159), Joaquim Xavier enviou ao Tribunal da Real Mesa Censória de Lisboa uma requisição solicitando autorização para ir ao Maranhão, “cujo porto se passará brevemente”, levando consigo uma enorme quantidade de livros listada. Se comparada com a média de obras descritas nominalmente por requisição, a biblioteca de Joaquim Xavier em muito ultrapassou vários envios de impressos por

mercadores de livros de Lisboa para o Maranhão. Ao todo, foram 62 títulos, dentre livros em tomos, impressos, jornais, cadernos, dissertações e manuscritos diversos.

Listagem típica de um estudante que passou longo período na Europa, a relação demonstra, pelos títulos, a formação em Leis e o gosto por obras de jurisprudência. Títulos como *Ordenações do Reino* (3v.), *Leis Civis Sobre a propriedade dos bens* (1v.), *Código Criminal de Inglaterra* (2v.) e *Tratado das Violências* (1v.) corroboram sua formação em Direito. Vários títulos em latim e italiano, além da maioria escrita em português, dão mostras da diversidade de interesses do maranhense: romances, obras filosóficas e de história. Do último tipo, destacamos a *História Ecclesiastica*, de Dupin, autor que esteve sob suspeita da Real Mesa Censória<sup>35</sup>. A remessa também continha: dicionários de línguas e o conhecido *Dicionário das Heresias* (Abbé Pluquet, 1764); clássicos greco-romanos (como as *Orações de Cícero*); e os recorrentes títulos de obras associadas à prática do catolicismo romano, como *Horas Marianas*, *Missal Romano*, *Sermões* e o *Devoto Instruído*. Sobre os cadernos manuscritos, uma pequena nota no final da listagem explica que continha “preleções de Direito Pátrio explicadas pelo atual Ricardo Raimundo Nogueira” – lente em Direito Pátrio da Universidade de Coimbra desde 1795 e provável professor de Joaquim Xavier<sup>36</sup> –, além de várias outras *Dissertações sobre diferentes pontos de Direito Romano também manuscritas: como também algumas explicações a vários §§ das Instituídas de Justiniano*.

Já Patrício José de Almeida e Silva<sup>37</sup> teve problemas com sua bagagem de livros. Em 25 de fevereiro de 1807 (ANTT - RMC, Cx. 159), citado como bacharel<sup>38</sup>, o maranhense enviou ao Tribunal uma relação com 51 títulos, sem indicação de volumes, que deveriam ser enviados, já que, ao querer “retirar-se para a sua Pátria e consigo conduzir os Livros do seu uso”, necessitaria, como de praxe, de licença do Tribunal. Menos de um mês depois, em 20 de março, recebeu a licença do Tribunal, mas não como desejava. Cinco dos títulos foram retidos pelo censor.

Em alguns dos documentos, como nesse caso, era informado no cabeçalho que todos deveriam ser entregues, “exceto os notados”. Os títulos destacados pelo censor, em francês, foram: *La Science*<sup>39</sup>, de Filangieri; *Essais sur l'Origine des Connaissances Humaines*, de Condillac; *Les Leçons de Droit de la Nature et de Gens*, de Felice; *Collection Complete*, de Mably; e *Coment dei Dellitti e delle Pene*, de Beccaria.

As obras francesas (ou traduzidas para o francês) mereciam especial atenção dos censores: o livro de Condillac (1715-1780) – filósofo francês, discípulo de Bacon e Locke, que manteve amplo contato com Rousseau e outros importantes ilustrados da época – fora

proibido em 1796 (ANTT – RMC, Cx.1). Outros títulos de Condillac também foram incluídos no “*Catalogo dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Censória até ao prezente(1768-1814)*” (apud MARQUES,1963, p. 119-206), assim como o livro de Abbé de Mably (1709-1785) – filósofo francês, antiregalista e crítico do modelo de Estado Absolutista –, cujas obras foram proibidas pelo Edital de 9 de janeiro de 1790 (ANTT – RMC, Cx. 1).

Chamamos a atenção para a presença de três “italianos” entre os autores censurados: os juristas Gaetano Filangieri (1753-1788) e Cesare Beccaria (1738-1794), fontes para o estudo do Direito Penal a partir de pressupostos considerados perigosos pelos órgãos de censura; e o filósofo Fortunato Bartolomeo Felice (1723-1789).

O livro de Beccaria foi proibido, segundo Luiz Carlos Villalta (1999, p. 100), pela crítica que fizera à Inquisição, incluindo a utilização que ela fazia da tortura, tanto em seus interrogatórios quanto nas demais práticas. Proibido em novembro de 1788, o livro constava no *Catalogo* como obra que poderia ser permitida a pessoa privilegiada, que obtivesse licença para sua leitura. O mesmo tratamento foi dado ao livro de Felice (escrito em 1776), também passível de permissões especiais, por intermédio de licenças exclusivas, expedidas após o Edital de 12 de janeiro de 1804. Almeida e Silva não possuía tais licenças, mas será que o bacharel desconhecia a vigência desses editais?

Além dos livros retidos, Almeida e Silva relacionou também: códigos civis, em francês e português; Ordenações do Reino; óperas; gramáticas, dicionários e vocabulários; o romance *Les aventures de Thélemaque*, de Fénelon, comum nesse período; e várias obras jurídicas, grande número em francês.

Por fim, salientamos que essa movimentação se manteve estável nos anos seguintes, perdendo força a partir da década de 1830. Como visto, os estudantes maranhenses em Coimbra foram responsáveis por um significativo fluxo de impressos para o Maranhão. No entanto, o conjunto dessa movimentação aponta para variáveis relacionadas aos remetentes e aos títulos e para a necessária distinção entre letramento e erudição (mesmo nas cargas sob responsabilidade dos doutos de Coimbra).

Ademais, é preciso considerar que nos limitamos aqui a analisar as remessas oficiais de impressos para o Maranhão. Seguramente, o contrabando não era de menor importância. Em agosto de 1822, a Alfândega do Maranhão reteve um exemplar do *Contrato Social* (*Ofício...*, APEM, Livro 65, p. 86), encomendado por Antonio Marques da Costa Soares,

redator do jornal *Conciliador*. Meses depois, Costa Soares comentava excertos do livro nas páginas do jornal...

## **Referências**

### **Documentos Manuscritos**

#### **Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate (por ordem de documento)**

OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a remessa de vários estudantes para Portugal para cursarem Ciências Naturaes e Exactas na Universidade de Coimbra. 11 de maio de 1801. Doc. 8.974.

CONSELHO do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o req. do soldado do Regimento de Infantaria de Linha do Maranhão, Manuel Gomes da Silva Belfort, em que pede confirmação da licença para frequentar a Faculdade de Matemática na Universidade de Coimbra. 11 de janeiro de 1805. Doc. 10.112.

REQUERIMENTO do soldado Manuel Gomes da Silva Belfort ao príncipe regente D. João, solicitando confirmação da licença para frequentar a Universidade de Coimbra, conservando a sua antiguidade e o seu soldo. 7 de maio de 1805. Doc. 10.218.

OFÍCIO do gov. e cap-gen do Maranhão, Antonio de Saldanha da Gama, para o secretário do Estado, da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, acusando a recepção do av. de 29 de março do mesmo ano, relativo ao soldado do Regimento de Linha do Maranhão, Manuel Gomes da Silva Belfort, e ainda sobre o av. de 8 de outubro de 1803, que determina que não se conceda licença para ir ao Reino aos indivíduos do Real Serviço. 28 de maio de 1805. Doc. 10.245.

OFÍCIO do gov. e cap-gen do Maranhão, Antonio de Saldanha da Gama, para o secretário do Estado, da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, sobre a concessão de licença de vencimento ao cadete Manuel Gomes da Silva Belfort, para continuar seus estudos na Universidade de Coimbra. 9 de agosto de 1805. Doc. 10.321

REQUERIMENTO de Manuel Antonio Teixeira da Silva ao príncipe regente D. João, solicitando passaporte para deslocar-se ao Maranhão. 25 de junho de 1810. Doc.11.309.

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

Fundo Real Mesa Censória, Cx. 159.

Fundo Real Mesa Censória, Corte, Estremadura e Ilhas.

#### **Arquivo Público do Estado do Maranhão**

Livro 65. Ofício nº 467 da Junta Governativa ao Administrador da Estiva da cidade de São Luís.

### **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

BELFORD, Antonio Gomes da Silva. Coleção de Documentos Biográficos. C 461,4.

BELFORT, Sebastião Gomes da Silva. Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro pelo Cel. Sebastião Gomes da Silva Berford. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. BN, Seção de Manuscritos, MF - 00467 (5).

### **Biblioteca Pública Benedito Leite - São Luís (MA)**

ANADIA, Visconde de. Concedendo bolsa para seguir os estudos de Matemática na Real Academia da Marinha a Diogo Velles. Lisboa, 23 de dezembro de 1806.86 (88) M1 G1 E5.

CUNHA, Joaquim Manuel da. Procuração para Joaquim Manuel da Cunha (tio) receber 250 mil réis de pensão alimentícia (1818), em nome de Manuel Odorico Mendes - 3º ano de filosofia e matemática em Coimbra.196 (199) M1 G2 E8.

### **Documentos Impressos**

#### **Jornais**

Anais das Ciências, das Artes e das Letras – Paris (1818-1822).

(O) Argos da Lei – MA (1825).

(O) Censor – MA (1825-1830).

(O) Conciliador – MA (1821-1823).

(O) Correio Braziliense – Londres (1808-1823).

#### **Obras de Referência**

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1772-1872). Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

BELFORT, Joaquim Gomes da Silva. *Memória sobre a educação pública e arranjo dos órfãos pobres de Lisboa e seu termo, de 1811*. Impresso. BN, Seção de Manuscritos, I - 29,16,15.

GAMA, Bernardo José da. *Informação sobre a capitania do Maranhão no ano de 1813*. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerald, 1872. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

KOSTER, Henry. (1816). *Viagens ao nordeste do Brasil*. 11. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2002.

LISBOA, João Francisco. (1862). *Manuel Odorico Mendes, biografia*. In: OBRAS DE JOÃO FRANCISCO LISBOA. 3. ed. São Luís: Alumar, 1991, v. IV (Coleção Documentos Maranhenses).

MORAIS, Francisco. *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Instituto de Estudos Brasileiros, Coimbra, 1949. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d, tomo II.

## **Bibliografia**

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003 (Coleção histórias de leitura).

\_\_\_\_\_. Livros ao mar - Circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil. *Tempo*, v. 12, nº. 24, janeiro de 2008, p. 51-97.

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

ALBUQUERQUE, Luís de. Verbete: universidade. In: SERRÃO, Joel. (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, p.228-233.

ARRIAGA, José de. *A filosofia Portuguesa – 1720-1820*. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.

BASÍLIO, Romário Sampaio. “As gentes do livro no Maranhão”: um livreiro português na província (1799-1819). In: *Anais do III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: impressos no Brasil do século XIX*. São Luís: UEMA, 2013, p. 1-9.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *Uma Atenas Equinocial*. A literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís, Edfunc, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2011.

COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.

CURTO, Diogo Ramada et al. *As gentes do Livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: BN, 2007.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.278, jan - mar de 1968, p. 105-170.

DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: BN, 2000.

FARIA, Regina Helena Martins de. O historiador Mário Martins Meireles. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. (Orgs.). *Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014, p. 219-238.

GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

\_\_\_\_\_. Os percursos da memória: construções biográficas sobre Odorico Mendes e Garcia de Abranches. In: COSTA, Yuri; \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Maranhão: ensaios de biografia e história*. São Luís: Café e Lápis / Editora UEMA, 2011, p. 398-418.

GUEDES, Fernando. *Os Livreiros em Portugal: e as suas associações desde o século XV até os nossos dias – subsídios para a sua história*. Braga: Editorial Verbo, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-23)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963.

MEIRELES, Mário Martins. (1960). *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001 (Coleção Maranhão Sempre).

\_\_\_\_\_. *Dom Diogo de Sousa, Governador e Capitão-General do Maranhão e Piauí (1798-1804)*. São Luís: SIOGE, 1979.

MELO, Maílson Gusmão. João Francisco Lisboa e o Jornal de Tímon: apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão. In: BITENCOURT, João Batista; \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014, p. 15-34.

MORAES, Jomar. *Apontamentos de literatura maranhense*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1977.

MOTA, Antonia da Silva. *A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

MOTA, Antonia da Silva; GERMANO, Nivaldo. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. (Orgs.). *Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014, p. 169-185.

SANTOS, Cândido dos. Os jansenistas franceses e os estudos eclesiásticos na época de Pombal. *Máthesis*, v. 13, 2004, p. 67-104.

SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite. “Economia Civil” e “Polícia” no ensino do “Direito Pátrio” em Coimbra: notas sobre as “Prelecções” de Ricardo Raymundo Nogueira. *Tempo*, [online]. 2011, vol.17, n.31, p. 35-64.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Produção, distribuição e consumo de livros e folhetos no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, jan./mar., 1977, v. 314, p. 78-95.

SOARES, Flávio José Silva. *No avesso da forma: apontamentos para uma Genealogia da Província do Maranhão*. 2008. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. A censura, a circulação e a posse de romances na América Portuguesa (1722-1822). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005, p. 161-182. (Coleção histórias de leitura).

---

<sup>1</sup>Um sobrevoio sobre a trajetória do personagem a partir do *Jornal de Timon*, uma de suas principais obras, pode ser consultado em Maílson Gusmão Melo (2014). Ver também Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1977) e Flávio José Silva Soares (2008).

<sup>2</sup>Abranches redigiu o jornal *O Censor*; e Odorico Mendes, *O Argos da Lei*. Para as polêmicas envolvendo os dois redatores, ver Marcelo Cheche Galves (2011, p. 398-418).

<sup>3</sup>Como exemplos de tais acusações, ver as edições de *O Censor*, nº 1, 3 e 5.

<sup>4</sup>No final daquele primeiro semestre de 1825, Odorico Mendes se elegeu deputado da Assembleia Geral, compondo a primeira bancada maranhense, em 1826.

<sup>5</sup>A portaria foi publicada no *Correio Braziliense* de fevereiro de 1812, p. 114. Há um estudo de Joaquim Gomes da Silva Belfort, denominado *Memória sobre a educação pública e arranjo dos órfãos pobres de Lisboa e seu termo*, de 1811, que reitera a presença do autor na burocracia portuguesa no início do século XIX. BN, Seção de Manuscritos.

<sup>6</sup>Na documentação da Real Mesa Censória, consta a informação de que um certo Antonio Xavier enviou livros de Lisboa para São Luís em setembro de 1801 e em 1803 (ANTT - RMC, cx. 159). Talvez seja Antonio Xavier de Lima.

<sup>7</sup>João Rodrigues de Sá e Mello Souto Maior, ministro que sucedeu Sousa Coutinho.

<sup>8</sup>Joaquim Manuel da Cunha, seu tio, recebeu por procuração, o valor da pensão.

<sup>9</sup>A interrupção de novas matrículas de maranhenses entre 1808 e 1813 pode estar relacionada aos conturbados momentos vividos em Portugal após o início das sucessivas invasões francesas, em 1807. Essas invasões perduraram até 1811. A Universidade de Coimbra se transformou em um centro de resistência aos invasores, com a formação do Grupo Militar Acadêmico e a conversão do laboratório químico em uma fábrica para a produção de pólvora e demais munições (ALBUQUERQUE, 2002, p.232). As matrículas que já tinham sido efetivadas em 1807 podem ser identificadas em 1808, no segundo ano dos cursos. Já a primeira depois desse interregno será apenas em 1814, com João Bráulio Muniz, matriculado no curso de Direito.

<sup>10</sup>Ver Marcelo Cheche Galves (2010).

<sup>11</sup>Dois estudantes, Miguel de Sousa Borges Leal e Ovídio de Carvalho e Silva, nasceram em território piauiense, à época subordinado à jurisdição da capitania do Maranhão, razão pela qual foram incluídos na relação.

<sup>12</sup>A incorporação da província do Maranhão ao projeto político do Centro-Sul ocorreu em 28 de julho de 1823.

<sup>13</sup>Referência ao trabalho basilar de José Murilo de Carvalho sobre a presença (e a homogeneidade ideológica) dos egressos de Coimbra nos aparatos do Estado brasileiro nas primeiras décadas do Império. Escrito em 1974, utilizamos, aqui, a edição de 2003.

<sup>14</sup>Para um ensaio biográfico sobre Jerônimo de Viveiros, ver Antonia da Silva Mota e Nivaldo Germano (2014, p. 169-186); para Mário Meireles, ver o trabalho de Regina Helena Martins de Faria (2014, p. 219-238).

<sup>15</sup>Crítica formulada por Maria Beatriz Nizza da Silva (1977, p. 78-95), ainda na década de 1970, a procedimentos de sacralização e elitização do objeto impresso. Contra tais procedimentos, a autora propunha análises socioculturais, capazes de redimensionar a presença dos impressos no cotidiano da América portuguesa no início do Oitocentos.

<sup>16</sup>Para Jomar Moraes, “poetas, jornalistas, tradutores, publicistas, historiadores, editores, enfim – um valoroso grupo de humanistas e intelectuais que merecem a mais viva admiração nacional”, que possibilitaram a São Luís, a partir do final do Oitocentos, o epíteto de “Atenas Brasileira” (MORAES, 1977, p. 86). Um contraponto importante a tal grandiloquência pode ser consultado em José Henrique de Paula Borralho (2010).

<sup>17</sup>Prática suposta pelo elevado número de exemplares dos mesmos títulos, característica de algumas dessas remessas, além da recorrente presença dos mesmos destinatários, caso de Manoel Antônio Teixeira da Silva, livreiro cuja atuação mercantil foi analisada por Romário Sampaio Basílio (2013).

<sup>18</sup>Um ensaio biográfico sobre esse personagem foi escrito por Yuri Costa e Marcelo Cheche Galves (2011).

<sup>19</sup>Editado em Paris, o jornal contava, em 1821, com 21 assinaturas de cidadãos residentes no Maranhão.

<sup>20</sup>Para esse período, apenas a caixa 159 - Fundo Real Mesa Censória (ANTT), preserva 304 pedidos de remessa.

<sup>21</sup>Sobre as terminologias dos agentes envolvidos na produção, posse e comercialização de impressos, ver Manuela Domingos (2000) e Fernando Guedes (2005).

<sup>22</sup>Os *comissários volantes* ou *comissários de fazendas* eram comerciantes de pequeno trato, que viviam em viagens com as referidas fazendas para venda; havia uma relação direta desses com o contrabando e sua imagem era correntemente associada a essa prática e a estrangeiros, que cediam créditos a muitos deles. Sua extirpação do Reino era, para Pombal, uma necessidade. Ver Ana Rosa Clochet da Silva (2006).

<sup>23</sup>É atribuída a ele a obra *O Ptolho Viajante*, uma das novelas mais lidas no Oitocentos, tanto no Brasil quanto em Portugal. Foi publicada entre 1802 e 1805 em capítulos semanais, no total de 72 carapucas. Em 1821, os folhetos foram reunidos em volumes que passaram a ser atribuídos a *Policarpo da Silva*.

<sup>24</sup>*Gazeta de Lisboa*, num. 36, 1º suplemento, 30 de jul. 1809.

<sup>25</sup>Ver ANTT - RMC, Cx. 159.

<sup>26</sup>Além da consulta aos originais, ver Luiz Carlos Villalta (1999, p. 146-190). O capítulo 4, *A censura sob o Reformismo Ilustrado*, apresenta análises dos editais lançados a partir de 1768.

<sup>27</sup>Ver ANTT - RMC, Cx. 159; ANTT - RMC, Corte, Estremadura e Ilhas.

<sup>28</sup>Para o período de 1769 a 1826, Márcia Abreu (2003, p.27) informa que existem cerca de 700 pedidos de autorização para o envio de livros para o Rio de Janeiro, mesmo número para Pernambuco e Bahia, além de cerca de 200 requisições para o Pará.

<sup>29</sup>Os Belfort foram uma das principais famílias proprietárias de dezenas de sesmarias na região de Itapecuru (produtora de algodão), unidas por laços de casamento e, em sua grande maioria, residentes na cidade de São Luís. Para um quadro minucioso das sesmarias pertencentes à parentela que envolvia os Belfort, ver Antonia da Silva Mota (2007, p. 40-42).

<sup>30</sup>Além de Lourenço Belfort, Joaquim Gomes da Silva Belfort e Sebastião Gomes da Silva Belfort, estudaram na Universidade de Coimbra até 1823: Joaquim Vieira Belfort; Joaquim Antonio Vieira Belfort; Antonio Gomes da Silva Belfort; Antonio de Sales Nunes Belfort; Carlos Peregrino Belfort Pereira de Burgos; e Antonio Belfort Pereira de Burgos. Cf. *Estudantes... Op. Cit.; Relação e índice alfabético dos estudantes... Op. Cit.; e Moraes..., Op. Cit.*

<sup>31</sup>Ver ANTT - RMC, Cx. 159.

<sup>32</sup>Impressa entre 1749 e 1789, a obra possui 36 volumes. Possivelmente, a remessa incluía volumes repetidos.

<sup>33</sup>Ver Arquivo Histórico Ultramarino, docs. 10.112, 10.218, 10.245 e 10.321. Em trabalho mais recente, Mílson Coutinho (2005, p. 444) afirma que Manoel Belfort “trocou o Exército pela Marinha, quando estudava em Portugal (...) não havendo prova de que se formou em matemática”. É possível que Belfort, assim como Francisco Diogo Vellez, tenha estudado na Real Academia da Marinha.

<sup>34</sup>ANTT - RMC, Cx. 159.

<sup>35</sup>Trata-se de Louis Ellies Du Pin (1657-1719), erudito e teólogo francês, acusado de “protestante” por parte do clero português. Em 23 de dezembro de 1768, a sentença da Real Mesa Censória o absolveu de tais acusações (SANTOS, 2004).

<sup>36</sup>Para as Preleções de Ricardo Raymundo Nogueira, ver Airton Cerqueira-Leite Seelaender (2011, p. 35-64).

<sup>37</sup>No Maranhão, teve grande projeção política. Em 1823, já na conjuntura da incorporação do Maranhão ao Império, foi candidato a deputado para as Cortes de Lisboa, perdendo a vaga para o advogado Manoel dos

Santos Zacheo, já citado; foi eleito senador em 1826, permanecendo no cargo até 1847. No período pós-Independência, foi eleito para o Conselho Presidencial do Maranhão; também presidiu a província por dois meses, em 1825 (GALVES, 2010, p.285-286).

<sup>38</sup>Em março de 1799, Almeida e Silva se matriculou no curso de Filosofia da Universidade de Coimbra, e em Direito, em outubro do ano seguinte.

<sup>39</sup>Trata-se, provavelmente, do livro *La scienza della legislazione*, de 1798.